

RESENHA

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004, 266 p.

Leandro Bruno dos SANTOS¹

Este livro foi publicado originalmente em inglês [Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective] no ano de 2002. O autor do livro, Ha-Joon Chang, é coreano e professor na University of Cambridge, onde é diretor-assistente de estudos sobre o desenvolvimento. Chang, além de ter sido consultor de diversas organizações internacionais (Unctad, Wider, Banco Mundial etc.), recebeu prêmios por publicações e por seu trabalho em desvendar os problemas enfrentados pelos países pobres em suas trajetórias de desenvolvimento.

O título do livro, Chutando a escada, é uma referência à obra *The National System Of Political* [O sistema nacional de economia política], de Friedrich List – economista alemão considerado o pai da indústria nascente e defensor do papel do Estado no desenvolvimento das indústrias em países com estágios de desenvolvimento atrasados. List cunhou a expressão “chutar a escada” para designar o papel que a Inglaterra, depois de lançar uma série de políticas “ruins” visando chegar ao desenvolvimento, exerceu sobre os demais países por meio da idéia de *laissez-faire*. Os economistas ingleses Adam Smith, Jean Baptiste Say, David Ricardo e William Pitt, com suas obras, ajudaram a cimentar a doutrina cosmopolita do livre comércio como o principal responsável pelo desenvolvimento da Inglaterra.

Ha-Joon Chang, nesse livro, mostra que os países em desenvolvimento têm sofrido pressões pelos países desenvolvidos e das políticas internacionais controladas pelo *establishment* a adotar “políticas boas” e “boas instituições” para promover o desenvolvimento. As “boas políticas” são as macroeconômicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização e a desregulamentação e as “boas instituições” são a democracia, o judiciário independente,

proteção aos direitos de propriedade privada, governança empresarial, banco central independente etc.

Curiosamente, os dados históricos presentes no livro mostram que as “políticas boas” e as “instituições boas” contradizem a visão ortodoxa da história do capitalismo, isto é, o papel das políticas de *laissez-faire* e das instituições no desenvolvimento econômico dos atuais países desenvolvidos. As políticas e instituições recomendadas são, pois, na argumentação de Chang, uma forma de esconder os segredos do sucesso e de, ao mesmo tempo, “chutar a escada” pela qual subiram ao topo para impedir que os atuais países em desenvolvimento consigam alavancar o desenvolvimento de suas economias.

O livro está organizado em quatro capítulos. No primeiro, questiona as políticas utilizadas pelos atuais países desenvolvidos. No segundo, avalia as políticas industrial, comercial e tecnológica dos países atualmente desenvolvidos (PADs). No terceiro, analisa o surgimento e o papel das instituições no desenvolvimento dos PADs. No quarto, argumenta que os PADs estão tentando “chutar a escada” pela qual chegaram ao topo.

No primeiro capítulo, **Como os países ricos enriqueceram de fato?**, destaca que são raros os estudos que abordam as experiências históricas dos países atualmente desenvolvidos, fato que contribui para a predominância da idéia de livre comércio defendida pelos neoclássicos. Chang utiliza-se, assim, da abordagem histórica do desenvolvimento para criticar a prevalência do discurso em prol das “políticas boas” e das “instituições boas”. A análise histórica, cujo início deu-se com List e depois foi a base da escola histórica alemã,

não se restringe a compilar e catalogar fatos históricos na esperança de que isso venha a gerar naturalmente um modelo. Pelo contrário, exige uma busca persistente de modelos históricos, a construção de teorias que os expliquem e a aplicação dessas teorias a problemas contemporâneos, ainda que sem deixar de levar em conta as circunstanciais alterações tecnológicas, institucionais e políticas (CHANG, p. 18).

A partir da análise histórica, Chang conclui que: i) os PADs recorreram a políticas industriais “ruins” para proteger suas indústrias nascentes e subsidiaram a exportação, práticas hoje condenadas pela OMC; ii) os PADs não tinham, antes do final do século XIX e início do século XX, as instituições agora consideradas essenciais aos países em

¹ Mestrando do programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente. Bolsista Fapesp. E-mail: leandrobrunogeo@hotmail.com.

desenvolvimento. A resposta para a pergunta do primeiro capítulo, como os países ricos enriqueceram de fato, é “*que eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento*” (p. 13).

No segundo capítulo, **Políticas de desenvolvimento econômico: perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica**, avalia os tipos de políticas industriais, científicas e tecnológicas adotadas pelos PADs (Grã-Bretanha, EUA, Alemanha, França, Suécia, Bélgica, Holanda, Suíça, Japão e NIPs) quando eram ainda países em desenvolvimento. Ghang demonstra “*que a maioria deles aplicou políticas quase opostas ao que a ortodoxia atual diz que eles aplicaram e recomenda aos atuais países em desenvolvimento*” (p. 38).

A análise histórica das políticas pró-desenvolvimento de um elevado número de países desenvolvidos indica que houve diversos modelos de promoção à indústria nascente, como subsídios à exportação, concessão do direito de monopólio, acordos para a cartelização, redução das tarifas de insumos usados para a exportação, créditos diretos, planejamento dos investimentos, apoio à P&D, promoção de instituições que viabilizassem a parceria público-privada etc. Com base nesses “achados”, Chang destaca que os países em desenvolvimento têm sido menos protecionistas que os PADs em suas trajetórias de desenvolvimento.

No terceiro capítulo, **Instituições e desenvolvimento econômico: a “boa governança” na perspectiva histórica**, debruça-se na análise histórica de um elevado número de instituições e de suas evoluções nos PADs, tendo como objetivo demonstrar que, mais do que rejeitar o transplante das instituições ou deixar que elas evoluam naturalmente, é preciso aprender com a história. Com esse objetivo, estabelece uma análise histórica da consolidação das seguintes instituições: democracia; burocracia e judiciário; regimes de direito de propriedade; governança empresarial; instituições financeiras; instituições de bem-estar social.

Feita a análise histórica, conclui que o processo de desenvolvimento institucional dos países em desenvolvimento de outrora foi lento e irregular. Comparando os níveis de progresso institucional dos PADs com os em desenvolvimento de hoje, pode-se dizer que estes últimos “*têm níveis muito mais elevados de progresso institucional do que tinham os PADs em estágios comparáveis de desenvolvimento*” (p. 188) e, levando-se em conta que as instituições foram desenvolvidas durante décadas e mesmo

gerações, “*a exigência atual e tão generalizada de que os países em desenvolvimento adotem, imediatamente ou nos próximos cinco a dez anos, instituições de “padrão mundial”, ou que sofram punições por não terem feito, parece contrariar a experiência histórica dos próprios PADs*” (p. 200).

No quarto, **Lições para o presente**, discute se é de fato possível afirmar que a pressão exercida pelos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento adotem “boas políticas” e a “boa governança” seja um ato de “chutar a escada”. Adoção de políticas neoliberais, pelos países em desenvolvimento, criou um paradoxo: as “políticas boas”, em vez de crescimento, foram uma decepção². Aliás, as “políticas ruins”, implantadas durante os anos de 1960 e 1980, produziram melhores efeitos do que as “boas”. O interessante é que as “*políticas “ruins” são basicamente as que os PADs aplicaram quando eram países em desenvolvimento. Diante disso, só podemos concluir que, ao recomendar as tão proclamadas políticas “boas”, os PADs estão, efetivamente, “chutando a escada” pela qual subiram ao topo*” (p. 214).

O que fazer, então, após o fracasso das políticas impostas pelo *establishment*? Chang, diante dessa pergunta, propõe: i) divulgar os fatos históricos ligados ao processo de desenvolvimento dos países desenvolvidos; ii) mudar as condicionalidades impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial no socorro financeiro dos países em desenvolvimento; iii) estimular o aprimoramento institucional sem confundir com a imposição de instituições anglo-americanas; iv) permitir que os países adotem políticas e instituições mais apropriadas ao seu estágio de desenvolvimento.

Ha-Joon Chang oferece um livro com muitos dados históricos, de leitura agradável, e uma leitura original sobre o desenvolvimento dos países desenvolvidos e sobre os seus reais interesses nos países em desenvolvimento. É um livro que pode, e deve, ser lido por economistas, historiadores, geógrafos e por todos aqueles que, direta e indiretamente, têm preocupações com o desenvolvimento dos países pobres e em estágio de desenvolvimento.

² Sobre os resultados da implantação das políticas neoliberais nos países em desenvolvimento, especialmente no Brasil, ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação**. Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós 1994. São Paulo: Editora 34, 2007.